

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Finamax S/A – Crédito, Financiamento e Investimento, em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, apresenta as Demonstrações Contábeis referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Os documentos abaixo compõem a referida Demonstração;

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstrações de Resultados – DRE;
- Demonstrações de Resultados Abrangentes – DRA;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes;

Informamos que as demonstrações contábeis, foram publicadas em nosso site institucional www.finamax.com.br, no jornal impresso Folha de São Paulo, edição do dia 29 de março de 2024, disponível na versão digital do jornal no link <https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/empresa/finamax-sa-credito-financ-e-invest>, bem como enviado ao Banco Central do Brasil para fins de divulgação no Repositório de Balanço;

Declaração de Responsabilidade da Administração

Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das demonstrações financeiras e demais documentos contidos neste arquivo.

Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Márcio Pizzolato
Diretor Vice-Presidente

Gabriela Giseli da Silva
Contadora | CRC nº 1SP341186/O-1

Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Cumprindo as disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, juntamente com o relatório do auditor independente, sem modificações, emitido pela “**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda.**”.

No início de 2023 a nossa produção seguiu com um baixo índice de inadimplência devido à adoção de políticas mais conservadoras no ano de 2022, que refletiram em reversões nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Além disso, no segundo trimestre de 2023 novos ajustes foram feitos nas políticas de concessão de créditos pessoais e de financiamentos de veículos, tornando-as ainda mais conservadoras, a fim de preservar o baixo índice de inadimplência.

Em 14 de dezembro de 2023, foi aprovado pelo Banco Central o aumento de capital no valor de R\$ 5,7 milhões mediante a emissão de 380 mil novas ações. Em novembro de 2023 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, um novo aumento de capital no valor de R\$ 3 milhões mediante a emissão de 200 mil novas ações. Este, aprovado pelo Banco Central em 19 de fevereiro de 2024. A administração optou pelos aumentos de capital como ferramenta para reenquadramento do índice de Basileia.

No segundo semestre de 2023 a sociedade registrou prejuízo líquido de R\$ 4,8 milhões, totalizando R\$ 12,9 milhões de prejuízo em 31 de dezembro de 2023, correspondendo a R\$ 3,19 por ação. O patrimônio líquido alcançou o montante de R\$ 32 milhões e os Ativos totalizaram R\$ 294 milhões.

Conforme Estatuto Social da Sociedade, caso houvesse lucros líquidos assim seriam destinados:

- a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal até atingir este 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) Dividendos aos acionistas na base mínima de 1% (um por cento);
- c) Percentagem à Diretoria, de acordo com o disposto no artigo 8º; e
- d) O restante do lucro apurado terá destinação de acordo com o que se for aprovado pela Assembleia Geral, por proposta da Diretoria.

Jundiaí - SP, 28 de março de 2024.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 30 de março de 2023, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

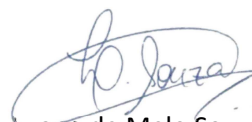
São Paulo, 28 de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Luana de Melo Souza

Contadora

CRC nº 1 SP 292386/O-2

FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
CIRCULANTE		209.195	201.801
Caixa e equivalente de caixa	3.d	1.569	36.568
Instrumentos financeiros		191.220	157.460
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.d e 4	-	44.671
Depósitos interfinanceiros		-	44.671
Títulos e valores mobiliários	4	82.432	11.947
Fundo de renda fixa		-	5.846
Letras Financeiras do Tesouro		79.514	-
Letras Financeiras		2.894	6.101
Títulos Dados em Garantia - Outros		24	-
Relações Interfinanceiras	11.b	3.000	-
Depósitos para Capital em Dinheiro		3.000	-
Operações de crédito		108.788	100.842
Operações de crédito - setor privado	5	119.604	115.780
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.a / 6	(10.816)	(14.938)
Ativos fiscais correntes e diferidos		7.390	3.659
Crédito Tributário	10	7.390	3.659
Outros créditos		1.028	805
Diversos		1.028	805
Outros valores e bens		4.988	3.309
Outros valores e bens		4.988	3.309
NAO CIRCULANTE		84.877	80.694
Instrumentos financeiros		78.389	73.358
Operações de crédito		78.389	73.358
Operações de crédito - Setor privado	5	86.182	84.225
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.a / 6	(7.793)	(10.867)
Ativos fiscais correntes e diferidos		6.030	6.725
Crédito Tributário	10	6.030	6.725
PERMANENTE		458	611
Imobilizado de uso		252	350
Outras imobilizações de uso		3.579	3.603
(-) Depreciações acumuladas		(3.327)	(3.253)
Intangível		206	261
Ativos intangíveis		2.081	1.942
(-) Amortizações acumuladas		(1.875)	(1.681)
TOTAL DO ATIVO		294.072	282.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO			
CIRCULANTE		<u>83.961</u>	<u>64.122</u>
Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>79.297</u>	<u>59.103</u>
Depósitos a prazo	7	<u>53.879</u>	<u>23.126</u>
Acionistas domiciliados no País		53.879	23.126
Recursos de aceites cambiais	7	<u>25.418</u>	<u>35.977</u>
Recursos de aceites cambiais		25.418	35.977
Outras obrigações	8	<u>4.664</u>	<u>5.019</u>
Fiscais e previdenciárias		712	637
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	9	367	361
Credores diversos - País		3.585	4.021
NÃO CIRCULANTE		<u>177.924</u>	<u>181.891</u>
Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>177.924</u>	<u>181.891</u>
Depósitos a prazo	7	<u>79.703</u>	<u>120.471</u>
Acionistas domiciliados no país		79.703	120.471
Recursos de aceites cambiais	7	<u>98.221</u>	<u>61.420</u>
Recursos de aceites cambiais		98.221	61.420
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	<u>32.187</u>	<u>36.482</u>
Capital social	11.a / b	<u>64.200</u>	<u>55.500</u>
De domiciliado no país		61.200	55.500
Aumento de capital a realizar	11.b / 18	3.000	-
Reservas de lucros (Prejuízos) acumulados		2.059 (34.072)	2.059 (21.077)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>294.072</u>	<u>282.495</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>2ºSem/2023</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		42.812	81.576	80.991
Operações de crédito	5.d	38.206	72.573	67.094
Resultado de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários	4	4.606	9.003	13.897
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(15.775)	(31.734)	(30.878)
Operações de captação no mercado	7	(15.775)	(31.734)	(30.878)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		27.037	49.842	50.113
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(11.483)	(23.930)	(32.340)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(21.271)	(41.893)	(41.794)
Receitas de prestações de serviços	12.a	2.142	4.451	4.234
Despesas de pessoal	12.b	(4.490)	(8.646)	(8.012)
Outras despesas administrativas	12.c	(15.923)	(31.707)	(32.058)
Despesas tributárias	12.d	(1.328)	(2.491)	(2.437)
Outras receitas operacionais	12.e	-	14	43
Outras despesas operacionais	12.f	(1.672)	(3.514)	(3.564)
RESULTADO OPERACIONAL		(5.717)	(15.981)	(24.021)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(53)	(49)	(38)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(5.770)	(16.030)	(24.059)
Imposto de renda - corrente	10	-	-	-
Imposto de renda - diferido	10	613	1.897	1.864
Contribuição social - corrente	10	-	-	-
Contribuição social - diferido	10	367	1.138	1.118
(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(4.790)	(12.995)	(21.077)
Número de ações (por lote de mil ações)	11.a	4.080	4.080	3.700
(Prejuízo) por ação - R\$		(2,50)	(3,47)	(5,70)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2º Sem/2023</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>(4.790)</u>	<u>(12.995)</u>	<u>(21.077)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultados abrangentes do Semestre/Exercício	<u><u>(4.790)</u></u>	<u><u>(12.995)</u></u>	<u><u>(21.077)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital a realizar	Reservas de lucros		(Prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Outras		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		55.500	-	2.059	7.695	-	65.254
(Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	(21.077)	(21.077)
Destinações:							
Dividendos	11.e	-	-	-	(7.695)	-	(7.695)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>55.500</u>	<u>-</u>	<u>2.059</u>	<u>-</u>	<u>(21.077)</u>	<u>36.482</u>
Aumento de capital	11.b	5.700	3.000	-	-	-	8.700
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(12.995)	(12.995)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>61.200</u>	<u>3.000</u>	<u>2.059</u>	<u>-</u>	<u>(34.072)</u>	<u>32.187</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		55.500	-	2.059	-	(29.282)	28.277
Aumento de capital	11.b	5.700	3.000	-	-	-	8.700
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(4.790)	(4.790)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>61.200</u>	<u>3.000</u>	<u>2.059</u>	<u>-</u>	<u>(34.072)</u>	<u>32.187</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º Sem/2023	31.12.2023	31.12.2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
(Prejuízo) do semestre/exercício		(4.790)	(12.995)	(21.077)
Ajustes ao (Prejuízo) do semestre/exercício		10.634	21.229	29.867
Depreciação e amortização		125	303	387
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	11.483	23.930	32.340
Ativos fiscais diferidos	10	(981)	(3.036)	(2.982)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	9	7	32	122
(Prejuízo) do Semestre/Exercício ajustado		5.844	8.234	8.790
Variação nos ativos e passivos		(15.091)	(96.453)	24.595
(Aumento) redução de operações de crédito		(13.538)	(36.907)	(45.052)
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários		(7.481)	(70.485)	65.346
(Aumento) redução de Relações Interfinanceiras		(3.000)	(3.000)	-
(Aumento) redução de outros créditos		(318)	(223)	210
(Aumento) redução de outros valores e bens		(104)	(1.679)	(2.340)
(Redução) aumento de depósitos a prazo		(2.286)	(10.015)	1.110
(Aumento) redução de recursos de aceites cambiais		12.936	26.242	5.104
(Redução) Aumento recursos de obrigações e fiscais e previdenciárias		(56)	75	20
(Redução) Aumento de outras obrigações		(1.244)	(461)	197
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais		(9.247)	(88.219)	33.385
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado de uso		(3)	(13)	(116)
Aquisição de intangível		(110)	(141)	(173)
Alienação de imobilizado de uso		4	4	2
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(109)	(150)	(287)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de dividendos	11.e	-	-	(7.695)
Integralização de Capital	11.b	5.700	5.700	-
Capital a Realizar	11.b	3.000	3.000	-
Caixa líquido Aplicado/(originado) nas atividades de financiamento		8.700	8.700	(7.695)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(656)	(79.669)	25.403
No início do Semestre/Exercício	3.d	2.225	81.238	55.835
No fim do Semestre/Exercício	3.d	1.569	1.569	81.238
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(656)	(79.669)	25.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Sociedade”), constituída em 1994, com sede na Rua Rangel Pestana, 681 – Centro, na cidade de Jundiaí-SP, opera como sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com a autorização do Banco Central do Brasil - BACEN em 9 de janeiro de 1995.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que contemplam as disposições contidas na legislação societária e com os critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, do BACEN.

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN.

Em 12 de agosto de 2020, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela diretoria da Sociedade em 28 de março de 2024.

b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS")

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, a Finamax, na elaboração das Demonstrações Financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

Pronunciamentos emitidos pelo CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 - Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	4.924/21

Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros**a) Normas aplicáveis com vigência futura**

- Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

A Resolução n.º 4.966/2021 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência é a partir de 01.01.2022.

- Resolução BCB n.º 320, de 31 de maio de 2023

A Resolução altera a Resolução BCB n.º 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Resolução entra em vigor em 01.07.2023 quanto ao inciso II do art. 2º; e em 01.01.2025 quanto aos demais dispositivos.

- Resolução CMN n.º 5.100, de 24 de agosto de 2023

Altera a Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Resolução entra em vigor em 01 de janeiro de 2025 quanto ao inciso II do art. 2º e em 01 de outubro de 2023 quanto aos demais dispositivos.

- Resolução BCB n.º 352, de 23 de novembro de 2023

A Resolução dispõe sobre os procedimentos contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para:

I - definir os fluxos de caixa futuros de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal;

II - aplicar a metodologia de apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;

III - constituir a provisão para perdas associadas ao risco de crédito;

IV - pedir autorização para utilização da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e

V - evidenciar informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas às demonstrações financeiras.

A Resolução BCB n.º 352 entra em vigor em 01.01.2024 em relação aos artigos 24, 100, 101 e aos incisos X e XI do artigo 107.

Adoção de novas normas emitidas pelo BCB com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023:

- Instrução Normativa BCB n.º 319, de 04 de novembro de 2022

O Bacen publicou, em 04 de novembro de 2022, a Instrução Normativa BCB nº 319, que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. Esta Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não houve impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Finamax.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

b) Receitas e despesas

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação a valor justo dos instrumentos financeiros, bens não de uso, realização de créditos tributários, divulgações sobre contingências passivas e as respectivas receitas e despesas atreladas aos mesmos nos períodos demonstrados. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional que incluem caixa e contas correntes em bancos e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de vencimento até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, classificadas como equivalentes de caixa.

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.569</u>	<u>81.239</u>
Caixa	-	1
Depósitos bancários	1.569	36.567
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	44.671

e) Instrumentos Financeiros

- Aplicações Interfinanceiras de liquidez

Representadas por depósitos interfinanceiros, registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos até a data do balanço, deduzido, quando aplicável, de provisão para desvalorização;

- Títulos e valores mobiliários

Conforme determinação da Circular BCB nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, são classificados conforme o descrito abaixo:

I. Títulos para negociação:

Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Tais títulos são considerados no circulante independente do prazo de vencimento do título.

II. Títulos mantidos até o vencimento:

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

III. Títulos disponíveis para venda:

Na categoria títulos disponíveis para venda, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias I e II.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os títulos e valores mobiliários detidos pela Sociedade estavam classificados como “títulos para negociação”.

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e de títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota 4.

f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados “pro rata” dia até a data do balanço. Para

operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e BACEN, em destaque a Resolução CMN 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A composição das operações de crédito e das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito está apresentada nas Notas 5 e 6, respectivamente.

g) Outros valores e bens – Ativos não financeiros mantidos para venda e Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos por veículos recebidos em dação de pagamento.

A partir de 01.01.2021, os bens não de uso próprio foram reclassificados para ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução CMN n.º 4.747/2019.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pela Sociedade, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período em que ocorrer a retomada do bem.

Os ativos não financeiros são testados para verificar se sofreram desvalorização, no mínimo anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

h) Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigível a longo prazo

Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisões necessariamente constituídas. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos.

i) Imobilizado de uso e intangível

Os imobilizados de uso e os intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. O intangível pela aquisição e desenvolvimento de sistemas informatizados, sendo amortizados à alíquota de 20% ao ano. O imobilizado de uso é composto por móveis e equipamentos de uso e equipamentos de comunicação, depreciados a alíquota de 10% ao ano, e veículos e computadores, depreciados a alíquota de 20% ao ano.

A depreciação do imobilizado de uso e a amortização do intangível são contabilizadas em Outras Despesas Administrativas.

Os ativos não financeiros são revisados em bases anuais para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Até 31 de dezembro de 2023, não teve nenhum ativo permanente com indícios de perda em seu valor recuperável.

j) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre bases tributáveis e alíquotas, segundo a legislação pertinente a cada um desses encargos, sendo elas 25% para o IRPJ e 15% para a CSLL.

A partir de 01 de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, a alíquota de CSLL foi majorada para 16%, conforme lei nº 14.446, de 02 de setembro de 2022.

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social está apresentado na Nota 10.

k) Ativos Fiscais Diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização, vigente a partir de 01.01.2021.

A composição dos ativos fiscais diferidos está apresentada na Nota 10.

l) Depósitos e demais instrumentos financeiros

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die. O resultado correspondente é registrado em despesas com operações de captação no mercado.

A composição dos depósitos e demais instrumentos financeiros está apresentada na Nota 7.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos contingentes: classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação;

Provisões: referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada; e

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

A composição dos passivos fiscais contingentes está apresentada na Nota 9.

n) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº 4.818/20.

o) Resultado não recorrente

Conforme Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, entende-se como resultado não recorrente, aquele que:

I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Considerando a definição acima, a Sociedade não registrou resultados não recorrentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Sociedade adotou como estratégia de atuação adquirir depósitos interfinanceiros e títulos e valores mobiliários com o propósito de mantê-los disponíveis para negociação, todas as aplicações possuem liquidez diária.

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2023</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2022</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Depósitos interfinanceiros	-	44.671
Títulos e valores mobiliários		
Fundos de renda fixa	-	5.846
Letras financeiras do Tesouro	79.514	-
Letras financeiras	2.894	6.101
Títulos Dados em Garantia – Outros	<u>24</u>	<u>=</u>
Total aplicado	<u>82.432</u>	<u>56.618</u>

Os depósitos interfinanceiros são remunerados a taxas entre 100% e 106% da variação do CDI, as Letras Financeiras e as Letras Financeiras do Tesouro são remuneradas consecutivamente a 109,19% e 100,07% do CDI e a rentabilidade dos fundos busca acompanhar a variação do CDI.

As receitas com juros das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários estão apresentadas a seguir:

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>2º semestre/23</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Depósitos interfinanceiros	-	1.207	5.798
Fundos de renda fixa	357	1.526	7.356
Letras Financeiras do Tesouro	4.066	5.755	-
Letras Financeiras	183	515	743
Títulos Dados em Garantia - Outros	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>
Total de receitas	<u>4.606</u>	<u>9.003</u>	<u>13.897</u>

A composição da carteira por tipo de aplicação e vencimento está demonstrada abaixo:

Dias para vencimento	31.12.2023					31.12.2022	
	Até 180	de 181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor Contábil	Valor de custo	Valor Contábil
Aplicação interfinanceira de liquidez	-	-	-	-	-	42.676	44.671
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	3.334	5.846
Letras Financeiras	-	-	2.894	2.300	2.894	5.300	6.101
Letras Financeiras do Tesouro (*)	-	55.523	23.991	75.676	79.514	-	-
Títulos de capitalização	24	-	-	22	24	-	-

(*) As aplicações em Letras Financeiras do Tesouro possuem alta liquidez e/ou prazo de liquidação em D0.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A composição da carteira de crédito da Sociedade, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da Resolução nº 2.697 é demonstrada como segue:

a) Por tipo de operações

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Empréstimos e títulos descontados	53.060	50.071
Financiamentos	<u>152.726</u>	<u>149.934</u>
	205.786	200.005
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6)	<u>(18.609)</u>	<u>(25.805)</u>
Saldo líquido da carteira	<u>187.177</u>	<u>174.200</u>
Circulante	119.604	115.780
Não Circulante	<u>86.182</u>	<u>84.225</u>
Saldo da carteira	<u>205.786</u>	<u>200.005</u>

b) Por tipo de cliente

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Pessoa física	204.497	198.748
Indústria	483	269
Comércio	516	775
Serviços	<u>290</u>	<u>213</u>
Saldo da carteira	<u>205.786</u>	<u>200.005</u>

c) Por faixa de vencimento

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Vencidas	13.471	17.888
A vencer até 90 dias	34.020	31.699
De 91 a 360 dias	72.113	66.194
Acima de 360 dias	<u>86.182</u>	<u>84.224</u>
Saldo da carteira	<u>205.786</u>	<u>200.005</u>

d) Composição das rendas

	<u>2º semestre/23</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Empréstimos	11.635	21.708	20.211
Financiamentos	23.283	44.661	39.941
Recuperação de Crédito	<u>3.288</u>	<u>6.204</u>	<u>6.942</u>
Total	<u>38.206</u>	<u>72.573</u>	<u>67.094</u>

Não há concentração de crédito liberado a um mesmo cliente. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do maior devedor é de R\$ 311 (R\$ 199 em 31 de dezembro de 2022).

Não há avais e fianças concedidos pela Sociedade em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

6. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 2.682/99, após análise da administração. No exercício de 2023, houve uma constituição de provisão no montante de R\$ 23.930 (R\$ 32.340 no exercício de 2022). No exercício de 2023, foram baixadas para prejuízo operações de crédito no montante de R\$ 31.126 (R\$ 20.410 no exercício de 2022), passando o saldo da provisão para R\$ 18.609 no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 (R\$ 25.805 em 31 de dezembro de 2022).

	<u>2º semestre/23</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Saldo Inicial	20.849	25.805	13.875
Constituição/(reversão) líquida	11.483	23.930	32.340
Baixa para prejuízo	<u>(13.723)</u>	<u>(31.126)</u>	<u>(20.410)</u>
Saldo Final	<u>18.609</u>	<u>18.609</u>	<u>25.805</u>

No segundo semestre de 2023, houve a recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 3.288 (nota 5.d) e no exercício de 2023 no montante de R\$ 6.204 (no exercício de 2022, R\$ 6.942), lançados em receitas de operações de crédito na demonstração do resultado.

A posição da carteira de crédito da Sociedade em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, por níveis de risco e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, correspondentes estão demonstradas a seguir:

<u>Níveis de risco</u>	% de Provisão	<u>Saldo da carteira</u>		<u>Provisão constituída</u>	
		<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
A	0,50	152.028	136.707	760	684
B	1,00	17.535	16.641	175	166
C	3,00	9.619	10.485	289	315
D	10,00	4.796	6.365	480	636
E	30,00	3.622	3.896	1.087	1.169
F	50,00	2.929	3.962	1.464	1.981
G	70,00	3.010	3.651	2.107	2.556
H	100,00	<u>12.247</u>	<u>18.298</u>	<u>12.247</u>	<u>18.298</u>
Total		<u>205.786</u>	<u>200.005</u>	<u>18.609</u>	<u>25.805</u>

7. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Estão demonstrados pelo saldo dos valores captados, atualizados até 31 de dezembro de 2023 e por prazo de vencimento:

<u>Vencimento em Dias</u>	<u>até 90 dias</u>	<u>de 91 a 360 dias</u>	<u>mais de 360 dias</u>	<u>Saldo em 31.12.2023</u>	<u>Saldo em 31.12.2022</u>
Depósitos a prazo	3.959	49.920	79.703	133.582	143.597
Recursos de aceites cambiais	5.697	19.721	98.221	123.639	97.397

As carteiras de captação de depósito a prazo e de letras de recursos cambiais, possuem uma remuneração média de 106% do CDI e 102% do CDI, respectivamente. Os saldos com partes relacionadas, estão demonstrados na nota 16.a.

As despesas com captação no mercado estão apresentadas a seguir:

	<u>2º semestre/23</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Depósito a prazo	8.616	17.694	19.318
Letra de Câmbio	7.008	13.745	11.260
Despesa com registro – Fundo Garantidor de Crédito	<u>151</u>	<u>295</u>	<u>300</u>
Total	<u>15.775</u>	<u>31.734</u>	<u>30.878</u>

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo de outras obrigações está composto por:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Pis/Cofins	222	163
Impostos sobre serviços	308	306
Encargos trabalhistas	<u>182</u>	<u>168</u>
Total fiscais e previdenciárias	<u>712</u>	<u>637</u>
Pagamentos a processar	286	550
Fornecedores	2.239	2.500
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 9)	367	334
Valores a devolver a clientes	21	27
Despesas de pessoal	1.009	897
Outros	<u>30</u>	<u>74</u>
Total credores diversos	<u>3.952</u>	<u>4.382</u>
Total outras obrigações	<u>4.664</u>	<u>5.019</u>

9. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades, sendo também parte em processos de natureza trabalhista.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da empresa com base nas opiniões da Administração e dos assessores jurídicos. A Sociedade tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável, registrada na conta de outras obrigações, no montante de R\$ 317 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 334 em 31 de dezembro de 2022) referente à processo de natureza cível e R\$ 50 para processos de natureza trabalhista (não havia provisões em 31 de dezembro de 2022). Não há processos de natureza tributária com classificação de perda provável em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Os processos de natureza cível com classificação de perda possível totalizavam R\$ 870 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 745 em 31 de dezembro de 2022). Os processos de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizam R\$ 900 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.642 em 31 de dezembro de 2022). Não havia processos de natureza tributária com classificação de perda possível em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros, bem como revisão de taxa juros.

As variações dos saldos estão demonstradas abaixo:

	Processos Classificados como Provável	Processos Classificados como Possível
Saldo em 31 de dezembro de 2022 =>	334	2.387
Baixa por Pagamento =>	-	-
Provisão/(Baixa Processos) =>	33	(617)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 =>	367	1.770

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Abaixo demonstramos a reconciliação do cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

	<u>2º semestre/2023</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(5.770)	(16.030)	(24.059)
Adições	<u>8.228</u>	<u>17.110</u>	<u>17.060</u>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.211	17.065	16.923
Outras Adições	17	45	137
Exclusões	<u>(5.115)</u>	<u>(8.547)</u>	<u>(8.742)</u>
Realização de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.570)	(5.997)	(6.190)
Recuperação de provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa	(1.545)	(2.550)	(2.543)
Reversão de provisões para Cartas Fiança	-	-	(9)
Resultado Antes dos Impostos	(2.657)	(7.467)	(15.741)
IR/CSLL - Correntes	-	-	-
IR/CSLL - Diferidos	980	3.035	2.982

De acordo com a medida provisória nº 1.115 de 28 de abril de 2022, convertida na lei 14.446 de 02 de setembro de 2022, a alíquota da CSLL foi majorada, para o período de agosto/2022 a dezembro/2022, em 1%, passando de 15% para 16%.

A partir de 2021, devido a edição da Resolução 4.842 de 30 de julho de 2020, a Administração adotou o reconhecimento dos créditos tributários das diferenças temporárias provenientes das provisões para perdas com crédito de liquidação duvidosa.

Abaixo a composição dos valores:

<u>Créditos Tributário – PCLD</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Base de Cálculo	33.549	33.549	33.549	25.961
Alíquota	25%	15%	40%	40%
TOTAL	8.387	5.033	13.420	10.384

Movimentação dos Créditos Tributários:

	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>TOTAL</u> 31.12.2023	<u>TOTAL</u> 31.12.2022
Saldo Inicial	<u>6.490</u>	<u>3.894</u>	<u>10.384</u>	<u>7.402</u>
Constituições	5.983	3.590	9.573	7.076
Realizações/Reversões	<u>(4.086)</u>	<u>(2.451)</u>	<u>(6.537)</u>	<u>(4.094)</u>
Saldo Final	8.387	5.033	13.420	10.384

O saldo previsto de utilização para o ano de 2023 foi de R\$ 3.736 (R\$ 3.960 no ano de 2022), e foi utilizado o valor de R\$ 2.379 (R\$ 2.476 no ano de 2022).

O estudo técnico elaborado demonstra a capacidade da Sociedade em gerar lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários existentes. A expectativa de realização dos créditos tributários no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 segue abaixo demonstrada:

Exercício	<u>Saldo</u>	<u>Valor Presente</u>
2024	7.468	7.059
2025	5.617	4.788
2026	334	265
2027	1	-
Saldo Total	<u>13.420</u>	<u>12.112</u>

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com a utilização da taxa Selic fixada vigente em 31 de dezembro de 2023, que era 11,75% a.a.

A Sociedade optou por não reconhecer os créditos tributários oriundos das provisões de contingências, composto por ações judiciais classificadas com risco provável de perda, conforme nota explicativa nº 9. O valor não reconhecido é de R\$ 147 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 134 em 31 de dezembro de 2022). A opção de não reconhecimento desses créditos, se dá devido à dificuldade de mensuração da data de realização do crédito, visto que dependem de sentença judicial, que podem ser contestadas.

A Sociedade também optou pelo não reconhecimento de créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. O valor não reconhecido é de R\$ 9.283 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 6.296 em 31 de dezembro de 2022). Para o reconhecimento se faz necessário um estudo de viabilidade que demonstre a geração de lucros tributáveis e a utilização dos créditos em um prazo máximo de dez anos e atualmente a Sociedade não consegue precisar com razoabilidade a capacidade de utilização desses créditos, dado que o estudo atual contempla um horizonte de apenas três anos e não seria esse um intervalo suficiente para a realização dos créditos dessa natureza.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é representado por 4.080.000 ações ordinárias sem valor nominal (3.700.000 ações em 31 de dezembro de 2022), totalmente subscrito e integralizado na data do balanço, por acionistas domiciliados no país.

b) Aumento de capital

Em 14 de novembro de 2023, o BACEN homologou o aumento de capital no valor de R\$5.700, passando o capital para R\$ 61.200, mediante a emissão de 380.000 (trezentos e oitenta mil) novas ações, totalizando 4.080.000 (quatro milhões e oitenta mil) ações em 31 de dezembro de 2023.

Em 21 de novembro de 2023, foi protocolado junto ao BACEN o requerimento para o aumento de capital no valor de R\$ 3.000 mediante a emissão de 200.000 (duzentas mil) novas ações. O aumento foi homologado pelo BACEN em 19 de fevereiro de 2024, passando o capital social para R\$ 64.200 representado por 4.280.000 (quatro milhões duzentos e oitenta mil) ações ordinárias sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$ 3.000 estava depositado no Banco Central.

c) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social, de acordo com o art. 193 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976;

d) Reservas de Lucros – Outras

Após a destinação dos dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, e a constituição de reserva legal, o saldo, se houver, será destinado à conta de “Reservas de Lucros – Outras”, para destinação futura a ser definida pela Assembleia Geral.

e) Distribuição de dividendos

No exercício de 2023 não houve distribuição de dividendos. Em 29 de abril de 2022 foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária a distribuição de dividendos relativas ao lucro líquido de 2021 no valor R\$ 7.695. O pagamento dos referidos dividendos ocorreu em 20 de maio de 2022.

12. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de prestações de serviços

	<u>2º semestre/23</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Tarifa de cadastro	2.105	4.380	4.145
Outras	<u>37</u>	<u>71</u>	<u>89</u>
Total	<u>2.142</u>	<u>4.451</u>	<u>4.234</u>

b) Despesas de pessoal

	<u>2º semestre/23</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Ordenados e salários	2.972	5.712	5.317
Encargos sociais	895	1.731	1.612
Benefícios	620	1.199	1.079
Treinamentos	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>4</u>
Total	<u>4.490</u>	<u>8.646</u>	<u>8.012</u>

c) Outras despesas administrativas

	<u>2º semestre/23</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Serviços do sistema financeiro	8.056	16.636	18.146
Serviços de terceiros	1.988	3.619	3.578
Serviços de processamento de dados	2.812	5.676	5.216
Despesas de transportes	1.199	1.882	1.205
Despesas de comunicação	273	602	565
Despesa de depreciação	47	112	191
Despesa de amortização	80	193	198
Outras	<u>1.468</u>	<u>2.987</u>	<u>2.959</u>
Total	<u>15.923</u>	<u>31.707</u>	<u>32.058</u>

d) Despesas Tributárias

	<u>2º semestre/23</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
COFINS	1.050	1.951	1.914
PIS	171	317	311
ISS	<u>107</u>	<u>223</u>	<u>212</u>
Total	<u>1.328</u>	<u>2.491</u>	<u>2.437</u>

e) Outras Receitas Operacionais

	<u>2º semestre/23</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Reversão de provisão para riscos e outras	-	-	10
Outros	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>33</u>
Total	<u>=</u>	<u>14</u>	<u>43</u>

f) Outras Despesas Operacionais

	<u>2º semestre/23</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Despesas financeiras	450	959	1.081
Descontos concedidos	1.215	2.521	2.361
Outros	<u>7</u>	<u>34</u>	<u>122</u>
Total	<u>1.672</u>	<u>3.514</u>	<u>3.564</u>

13. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade não constituiu provisão para juros sobre o capital próprio (o mesmo ocorreu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

14. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo

A Finamax utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de “Fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

O quadro a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros registrados ao valor justo por nível de hierarquia:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos				
Aplicação interfinanceira de liquidez	-	-	44.671	-
Cotas de fundos de investimentos	-	-	5.846	-
Letras Financeiras	-	2.894	-	6.101
Letras Financeiras do Tesouro	79.514	-	-	-
Títulos de capitalização	-	24	-	-
Passivos				
Depósitos a prazo	-	133.582	-	143.597
Recursos de aceites cambiais	-	123.639	-	97.397

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Sociedade, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557 e alterações subsequentes do Banco Central do Brasil, possui estrutura de gerenciamento de riscos compatível com seu porte e natureza de suas operações, e está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, sendo os principais riscos:

a) Risco de crédito

O Gerenciamento de Risco de Crédito, prevê a possibilidade de ocorrência de perdas devido ao não recebimento de contrapartes ou de credores de valores contratados. O gerenciamento de risco de crédito é realizado com base na Política de Risco da Sociedade, aprovada pela diretoria, tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação de exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que a Sociedade atua.

b) Risco de mercado

O Gerenciamento de Risco de Mercado, prevê a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores e taxas de mercado, contemplando a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a exposição a risco da Sociedade. O processo de gerenciamento e controle do risco de mercado na Sociedade é regido pela Política de Risco, aprovada pela Administração, e segue os parâmetros definidos na RAS para o período de avaliação;

c) Risco operacional

O Gerenciamento de Risco Operacional, prevê que sejam identificados os principais riscos operacionais de cada uma das unidades das Áreas Comerciais e Administrativas; identificado o risco, o mesmo é avaliado em função da probabilidade e impacto de sua ocorrência, para que, posteriormente, ações de controle e/ou mitigação fossem determinadas com base nas presentes análises.

d) Risco de liquidez

O Gerenciamento de Risco de Liquidez, prevê o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Sociedade, em honrar seus compromissos. A Gestão do Risco de Liquidez da Sociedade é regida pela Política de Risco, aprovada pela diretoria, onde são estabelecidos os limites para os Índices de disponibilidade sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa da Sociedade realizado pela Administração.

e) Gerenciamento de Capital

Prevê a avaliação e a adequação do Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos nas operações e a necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Sociedade. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da Sociedade é adequada ao porte e à complexidade de suas operações.

16. PARTES RELACIONADAS

a) A carteira de captação via depósito a prazo, com saldo de R\$ 133.582 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 143.597 em 31 de dezembro de 2022), é composta, exclusivamente, por captações junto aos acionistas e gerou no segundo semestre de 2023 despesas de captação no montante de R\$ 8.616 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 R\$ 17.694 (R\$ 19.318 no exercício de 2022). Da carteira de Letras Cambiais, o saldo de R\$ 34.493, em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 17.099 em 31 de dezembro de 2022), é composto por aplicações de partes relacionadas e gerou despesas de captação no montante de R\$ 1.690 no segundo semestre de 2023 e R\$ 3.195 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.154 no exercício de 2022).

b) Despesas com partes relacionadas estão assim compostas:

	<u>2º semestre/23</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Urbitec Construções (*)	-	11	119
Oliva participações (**)	<u>114</u>	<u>232</u>	<u>288</u>
Total	<u>114</u>	<u>243</u>	<u>407</u>

(*) A Urbitec Construções presta serviço de conservação do canteiro central da Avenida Jundiá, uma das principais avenidas da cidade de Jundiá, onde a Sociedade mantém placas de divulgação.

(**) A Oliva Participações, é proprietária do prédio onde está instalada uma filial da Sociedade, e o valor é referente à locação do imóvel.

A Urbitec Construções e a Oliva Participações são controladas por acionistas da Sociedade.

c) Remuneração do pessoal-chave da administração:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve pagamento de remuneração variável e os benefícios proporcionados na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus administradores estavam assim compostos:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Remuneração	1.056	899
Encargos sociais	<u>237</u>	<u>202</u>
Total	<u>1.293</u>	<u>1.101</u>

A Sociedade não proporciona benefícios de curto e longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou remunerações variáveis para o pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação em vigor, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para diretores e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

17. LIMITES OPERACIONAIS

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades. A partir de dezembro de 2019, a instituição fez a opção pelo enquadramento no grupo de instituições da segmentação S5, calculando seu risco de Basileia de acordo com o modelo simplificado, de acordo com os modelos e padrões definidos pelo Banco Central do Brasil, abaixo demonstramos os valores:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5)	28.981	36.221
RWARCSIMP - Risco de Crédito	27.773	31.812
RWAROSIMP - Risco Operacional	<u>3.057</u>	<u>3.453</u>
Patrimônio Mínimo Requerido	30.830	35.265
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	181.356	207.446
Patrimônio Requerido para o RWA	30.830	35.265
Índice de Basileia	15,98%	17,46%

O índice de requerimento fixado pela Resolução CMN 4.606 de 19 de outubro de 2017 é de 17%.

Para reenquadramento do índice fixado, a administração optou pelo aumento de capital no valor de R\$ 3.000, que foi homologado pelo BACEN em 19 de fevereiro de 2024 (Nota 11 e Nota 18).

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

O aumento de capital aprovado em Assembleia, conforme nota explicativa nº 11, foi autorizado pelo BACEN em 19 de fevereiro de 2024. Com isso, a expectativa é de que o índice de 17% fixado pela Resolução CMN 4.606 de 19 de outubro de 2017 volte a ser cumprido.

Márcio Pizzolato
Diretor Vice-Presidente

Gabriela Giseli da Silva
Contadora – CRC nº 1SP341186/O-1